

DESMATAMENTO

Governo altera norma para a Região Norte

BRASÍLIA (Da Sucursal) - O ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, anunciou ontem as modificações na Medida Provisória 1.511 (determinava que o desmatamento em propriedades do Norte não ultrapassasse a 20% do seu tamanho total). As novas regras, encaminhadas ao ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, retornam o desmatamento padrão, de 50%, para propriedades com até 500 hectares.

As modificações, anunciadas durante audiência pública do ministro Krause na Comissão do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara, desagradou o deputado Gilney Viana (PT-MT). O parlamentar argumentou que Rondônia e Mato Grosso foram responsáveis por mais de 60% do desmatamento ocorrido em solo brasileiro nos últimos anos. Ele disse ainda que o zoneamento não obedece a legislação ecológica. "Foi feito para inglês ver. Apenas para não perder recursos externos", criticou.

O relator da MP 1.511, senador Odacir Soares (PFL-RO), é um dos mais ferrenhos críticos das regras determinadas pelo Governo Federal. Acompanhado pelo presidente do Ibama, Eduardo Martins, e por vários assessores diretos, o ministro permaneceu três horas debatendo problemas relacionados ao meio ambiente, com os deputados da comissão.

Krause aproveitou para divulgar os programas do Ministério. Ele informou que o Brasil tem implantados 89 projetos de desenvolvimento sustentável, em parcerias com 19 Estados, 274 Prefeituras, Organizações Não Governamentais (ONG) e universidades. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Haroldo Matos de Lemos, o Ministério teve um corte orçamentário de R\$ 1 milhão. Para dar andamento aos programas, o Ministério está solicitando ao Congresso Nacional suplementação orçamentária de R\$ 900 mil.

Com US\$ 250 milhões dos países ricos, o Ministério do Meio Ambiente aprovou 68 projetos para a Amazônia e Mata Atlântica, o chamado PPG&. A primeira etapa do programa, iniciado em 1995, teve como ênfase a preservação ecológica. A próxima fase será dedicada aos programas de desenvolvimento econômico, informou Krause. O ministro disse que os países ricos prometeram financiamentos da ordem de US\$ 1,5 bilhão.

Processos - A comissão debateu ainda processos contra a Fiat Automóveis e a Fundação Boticário por opções leivas ao meio ambiente. O Ministério do Meio Ambiente aplicou, em 1995, uma multa de R\$ 4 milhões na Fiat devido a emissão de partículas poluentes acima do permitido por lei pelo Uno Mille Eletronic. A fabricante de automóveis recorreu várias vezes, atrasando o processo. No mês passado, o Ministério e a empresa começaram a discutir a conversão da multa em projetos ambientais.

O deputado Salomão Cruz (PSDB-RR), um dos autores do requerimento de convocação do ministro, lembrou que nada foi feito para corrigir as distorções nos veículos poluidores. "Esses automóveis continuam poluindo o meio ambiente", observou, antes de solicitar ao ministério o envio do processo à comissão da Câmara dos Deputados.

Acusada Celso Russomano (PSDB-SP) citou o exemplo de pescadores da região do Iguape (SP), que teve suas redes apreendidas pela Polícia Florestal por estarem acima do tamanho permitido pela legislação. Mesmo depois que os pescadores mostraram disposição em reduzir o tamanho das redes, apenas três foram liberadas. Dez continuaram apreendidas. Segundo Russomano, o ministério está usando dois pesos e duas medidas para julgar as irregularidades. O ministro admitiu que essas distorções podem acontecer e que devem ser denunciadas.